

A GUERRA DO CONTESTADO: FÉ, CORAGEM E RESISTÊNCIA FRENTE AO CORONELISMO E À LÓGICA CAPITALISTA

The war of answering: faith, courage and resistance against colonelism and capitalist logic

La guerra de las respuestas: fe, coraje y resistencia contra el colonismo y la lógica capitalista

Fernando Monteiro¹

Recebido em: dezembro de 2018

Aceito e publicado em: dezembro de 2019

Resumo: O presente trabalho, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial de aprovação na disciplina “*Tópicos Especiais em Política Social: a lógica territorial na gestão das políticas sociais*”, objetiva analisar a política coronelista e o empreendimento capitalista que se instala na região do Contestado, dando origem à Guerra do Contestado, que se estende entre 1912 a 1916. Muito embora a Guerra do Contestado permita uma multiplicidade de abordagens teóricas e conceituais, dada a sua complexidade, optou-se no presente trabalho por uma abordagem que conjuga quatro importantes fatores para o entendimento do conflito: coronelismo; messianismo; *resistência* e *lógica capitalista*. Metodologicamente, a presente pesquisa foi construída a partir de referenciais teóricos sobre o tema, já existentes, como livros, teses e artigos. Espera-se contribuir com a presente pesquisa, especialmente com aqueles que pretendem uma aproximação inicial com o tema, ampliando a acervo teórico sobre o assunto.

Palavras chaves: coronelismo; lógica capitalista; Contestado.

Abstract: *This paper, presented to the Postgraduate Program in Social Service and Social Policy of the State University of Londrina, as a partial requirement of approval in the discipline "Special Topics in Social Policy: the territorial logic in the management of social policies", aims to analyze the colonist politics and the capitalist enterprise that settles in the Contestado region, giving rise to the Contestado War, which extends between 1912 and 1916. Although the Contestado War allows a multiplicity of theoretical and conceptual approaches, given its complexity, it opted in the present work by an approach that combines four important factors for the understanding of the conflict: coronelismo; messianism; resistance and capitalist logic. Methodologically, the present research was constructed from existing theoretical references on the subject, such as books, theses and articles. It is hoped to contribute with the present research, especially with those that intend an initial approach with the subject, expanding the theoretical collection on the subject.*

¹Procurador Jurídico em Presidente Prudente/SP. Doutorando em Serviço Social e Política Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina/PR.

Keywords: *coronelismo; capitalist logic; Answered.*

Resumen: *El presente trabajo, presentado al Programa de Posgrado en Trabajo Social y Política Social de la Universidad Estatal de Londrina, como requisito parcial de aprobación en la disciplina "Temas Especiales en Política Social: la lógica territorial en la gestión de las políticas sociales", tiene como objetivo analizar el La política coronelista y la empresa capitalista que se establece en la región de Contestado, dando lugar a la Guerra de Contestado, que se extiende desde 1912 hasta 1916. Aunque la Guerra de Contestado permite una multiplicidad de enfoques teóricos y conceptuales, dada su complejidad, optó por En el presente trabajo, un enfoque que combina cuatro factores importantes para la comprensión del conflicto: coronelismo; mesianismo resistencia y lógica capitalista. Metodológicamente, esta investigación se construyó a partir de referencias teóricas existentes sobre el tema, como libros, tesis y artículos. Se espera que contribuya a esta investigación, especialmente aquellos que desean un enfoque inicial del tema, ampliando la colección teórica sobre el tema.*

Palabras llave: *coronelismo; lógica capitalista; En disputa*

INTRODUÇÃO

O século XX inicia com uma sangrenta luta camponesa pela posse da terra na região do Planalto Norte Catarinense e Sul/Sudeste do Paraná, que levou às armas cerca de 20 mil pessoas gerando um dos mais tristes e lamentáveis episódios da história do país. Entre 1912-1916, a população cabocla que habitava aquela região se rebelou contra os governos estaduais, que promoviam a concentração de terras em benefício dos grandes fazendeiros.

A revolta cabocla também se estendeu ao governo federal após a concessão de uma extensa área de terra à empresa multinacional *Brazil Railway Company*, responsável pela construção de uma estrada de ferro que ligaria São Paulo-Rio Grande.

A Guerra do Contestado representou um fenômeno de ordem econômica e política que possibilitou profundas mudanças sociais na região contestada, impactando diretamente na população cabocla. De acordo com Fraga (2006), o conflito que se instala na região do Contestado “é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa”.

Passados mais de cem anos, a Guerra do Contestado ainda aguça a curiosidade, despertando o interesse de pessoas e estudiosos. Para Fraga (2017), o Contestado “ainda vive, a guerra ainda está presente na luta pela terra, na luta dos menos favorecidos, na crença do povo e nos espaços sagrados da fé cabocla, espalhados pelo Paraná, Santa Catarina e outros estados brasileiros, bem como por outros países”.

A Guerra do Contestado foi um conflito armado que dizimou cerca de 20 mil caboclos, entre homens, mulheres, idosos e crianças, em meio a uma disparidade de armas sem precedentes na história brasileira. Por parte da República, um conflito em nome do desprezo à condição humana e apreço ao coronelismo e à lógica capitalista; de parte dos caboclos, um conflito em nome da defesa da posse da terra, da fé e da resistência à lógica empreendida pelo capital.

Muito embora a Guerra do Contestado permita uma multiplicidade de abordagens teóricas e conceituais, dada a sua complexidade, optou-se no presente trabalho por uma abordagem que conjuga quatro importantes fatores para o entendimento do conflito: *coronelismo*

(o mando e desmando nas terras caboclas); *messianismo* (fé no sobrenatural como arma de luta), *resistência* (coragem) e *lógica capitalista* (imposição de novos modos de *ser* à população cabocla).

Para os objetivos deste artigo optou-se pela revisão bibliográfica, a partir obras que versam sobre as origens e o desenrolar do conflito que se instala da região contestada, a partir de 1912, que levou à morte inúmeras pessoas que resistiram bravamente à imposição da lógica capitalista como forma de expropriação.

A intenção de pesquisar a Guerra do Contestado origina-se da curiosidade científica e da possibilidade de contribuição para a reflexão e aprofundamento de uma temática importante, tanto para o Serviço Social, quanto para a Geografia. A presente pesquisa se justifica por sua relevância social, na medida em que contribui de alguma forma para a produção teórica sobre o Contestado. Mais especificamente, traz uma contribuição acadêmica e científica para as respectivas áreas de conhecimento, pela utilidade do trabalho e pelo que poderá acrescentar ao conjunto de conhecimento científico já produzido, ou em construção, acerca do assunto proposto.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo foi apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina “*Tópicos Especiais em Política Social: a lógica territorial na gestão das políticas sociais*”, do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, ministrada no primeiro semestre de 2018 pela Prof.^a Dra. Sandra Maria Almeida Cordeiro e Prof. Dr. Nilson César Fraga.

A pesquisa propõe uma aproximação inicial com o tema da Guerra do Contestado, a partir da análise sobre a influência da política coronelista e da chegada de empreendimentos capitalistas na região, que culminaram no conflito que se estende de 1912 a 1916, ensejando uma resistência sem precedentes na história brasileira, movida pela fé no sobrenatural.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, priorizando as informações já existentes sobre o tema, a partir de livros, artigos, teses, visando enriquecer o acervo teórico já existente. Espera-se poder contribuir com os atores diretamente envolvidos com a temática, e bem assim, possibilitar um aporte teórico àqueles que se interessam pelo tema.

CORONELISMO E CAPITALISMO EM TERRAS CABOCLAS

Originariamente o Planalto Catarinense era ocupado pela população indígena. A vinda do homem branco ocorreu de modo efêmero, por indivíduos originários da população lusitana e espanhola, a maioria oriunda da província de São Paulo, à procura de alguma forma de riqueza, aí incluindo a escravização dos indígenas. A partir do século XVIII, gradativamente, vai se formando na região a economia tropeira, tendo como base as grandes fazendas de gado, estâncias de produção e o grande mercado comprador, como a conhecida feira de Sorocaba - São Paulo (BRANDT; CAMPOS, 2008).

Apesar de o sistema de sesmarias se constituir na característica principal durante todo o período colonial, o regime de posse dominava entre a população local. Na região sul, nas áreas de

planalto, a escravidão teve menor peso, apesar da sua ocorrência. Delineou-se na região, assim, a formação e desenvolvimento de relações sociais e de produção caracterizada pela relação entre agregados e os proprietários das fazendas.

Segundo Brandt e Campos (2008), entre a população cabocla do Planalto Catarinense, à época do tropeirismo, até o momento imediatamente anterior à eclosão do conflito do Contestado percebe-se de forma constante, práticas que identificam aspectos do coletivo, sendo a mais importante as relativas ao uso da terra.

Nesse contexto, o uso da terra e de recursos naturais remonta tanto a população indígena quanto a ocupação lusa naquela região, incluindo populações de origem africana, cujas formas de uso e demais aspectos sócio-culturais continuaram sendo transmitidos pela população, geração após geração, destacando-se entre os usos coletivos a criação de animais em comum.

A cultura da população cabocla assume formas conservadoras, embora não imutável, que procura recorrer aos costumes locais, buscando de certa forma reforçá-los. Isso se percebe, inclusive, com o trato com a natureza, sob preceitos dos monges relacionados aos usos de recursos naturais. As mudanças sentidas nos anos anteriores e que se seguiram ao conflito nas terras contestadas assinalam a intensificação de um processo de transformações sócio-espaciais relacionadas principalmente à questão da terra (BRANDT; CAMPOS, 2008).

Viviam no Contestado os coronéis da região, proprietários de grandes cultivos de erva-mate e criadores de gado e porcos, com enorme força política nos estados do Paraná e Santa Catarina e na capital da República. Além dos coronéis, viviam na região do contestado sertanejos e posseiros, ou seja, trabalhadores de várias etnias que tiravam da terra seu sustento (TEIDER; FRAGA, 2017).

Segundo Teider e Fraga (2017), é possível afirmar que a origem do conflito no Contestado teve início quando o presidente da República Afonso Pena (1906-1910), contratou a *Brazil Railway Company* para construir a estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, atravessando de norte a sul a região contestada. À época, o então ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, promoveu a vinda ao Brasil do famoso empreendedor norte-americano Percival Farquhar, fundador da *Brazil Railway Company*, empresa que tomou posse do controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Em contrapartida pela construção da estrada São Paulo-Rio Grande Sul, o governo brasileiro concedeu à *Brazil Railway Company* uma extensa área de terra, equivalente a quinze quilômetros para cada lado da estrada, devendo ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma área de trinta quilômetros, isto é, quinze quilômetros para cada lado da estrada.

Com o intento de colonizar rapidamente as terras obtidas como contrapartida à construção da ferrovia, em 1911, a *Brazil Railway Company* expulsou de seus domínios todos que ocupavam terras e não possuíam título de domínio, de forma que os posseiros que se opusessem às medidas tomadas pela *Brazil Railway Company* eram violentamente reprimidos.

A multinacional *Brazil Railway Company* não se interessou pela mão de obra cabocla para trabalhar na construção da ferrovia e contratou trabalhadores de fora. Mais tarde, para desalojar a população cabocla de suas terras, formou uma milícia que lançava mão da violência física e psicológica, sob a justificativa de que os caboclos não detinham a propriedade das terras ocupadas. A violência empreendida contra os caboclos despertou a revolta popular e o desejo de luta pela terra e pela dignidade da população do Contestado.

Trata-se, portanto, de um conflito que tem início com a construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo-Rio Grande Sul, e que eclode com a concessão das terras à *Lumber*, empresa subsidiária do grupo *Brazil Railway Company*, responsável pela exploração de madeira na região contestada. Ao final das obras da estrada de ferro, os trabalhadores contratados pela *Brazil Railway Company* foram abandonados e entregues à própria sorte, acabando por se misturarem à população cabocla.

O governo da época era fortemente ligado à política coronelista, representada por homens de prestígio social que recebiam o título de coronel com autorização do governo central, para que possuíssem homens armados a seus serviços, a quem cabia todo o poder decisório na esfera municipal, no âmbito econômico, político, judicial e policial.

Para Machado (2004)² o coronelismo é tratado pelos estudiosos como um fenômeno político essencialmente atrelado à República Velha (1889-1930). Inobstante, essa prática política consubstanciada no poder dos grandes proprietários de terras vigorou em muitas regiões do país, tanto antes quanto depois da Primeira República. O coronelismo ou poder local dos grandes latifundiários e comerciantes encontrou na Primeira República amplas condições de sobrevivência e autonomia, que deram ensejo ao mando e desmando local e regional.

No conflito do Contestado a expropriação e expulsão da população cabocla contou com a participação política do coronelismo que imperava na região através dos grandes proprietários rurais (AMADOR, 2009). Os coronéis viam o sertanejo local como um empecilho à expansão de suas propriedades, só considerando-os como um serviçal nas tarefas rotineiras de suas fazendas. Nesse contexto, os coronéis e seus jagunços, aliados ao exército, cumpriram função central na repressão e dizimação da população cabocla.

Para Amador (2009), a política coronelista exerceu papel decisivo na revolta instalada entre 1912-1916, pois “a ganância e o mandonismo do coronel não deixou outra alternativa para o excluído caboclo, que não fosse o enfrentamento, deflagrando, assim, a luta pela terra, denominada de Guerra do Contestado”.

Assim, a Guerra do Contestado eclode num quadro conjuntural de dominação política exercidas pelos coronéis, cujo poder era legitimado pelo aparato estatal, quando necessário, aliado às novas formas advindas dos empreendimentos capitalistas empreendidos pela construtora da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, que exclui e destrói as bases de subsistência da população sertaneja local.

A necessidade de ligar o Brasil do Sul e o Brasil do Centro-Leste e de fixar imigrantes europeus nas terras devolutas do sul motivou o governo central a construir uma estrada de ferro que ligasse São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em 1888 foi determinado o traçado, atravessando os rios Iguazu e Uruguai, com uma linha original de 599 quilômetros (1904-1905). A construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul levou dois anos, atravessando de norte a sul a região contestada, percorrendo o Vale do rio do peixe, no Meio-Oeste catarinense (FRAGA, 2015).

Segundo Queiroz (1966)³, a estrada de ferro obteve do governo central uma concessão de terras equivalente a 15 quilômetros para cada lado da ferrovia. A princípio foram empregados cerca de quatro mil trabalhadores, e aos poucos, o número subiu para oito mil. Esses trabalhadores eram contratados principalmente no Rio e Pernambuco. Esses antigos

² *Apud* Amador (2009).

³ *Apud* Fraga (2015).

trabalhadores, ao término da construção, misturando-se à população do Contestado, constituíram o fermento de graves acontecimentos posteriores.

Com o objetivo de colonizar as terras concedidas pelo governo brasileiro em contrapartida pela construção da ferrovia, em 1911 a multinacional *Brazil Railway* deu início à expulsão de pessoas que ocupavam terras, sem o título de propriedade, reprimindo violentamente os posseiros que ousassem resistir.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) abriu a possibilidade de comercialização do pinheiro do Paraná (*araucaria angustifolia*), em decorrência do aumento dos preços da madeira no mercado internacional como consequência do conflito bélico. Esse cenário comercial motivou a fixação na região contestada de uma empresa subsidiária da *Brazil Railway*: a *Lumber Company*.

A subsidiária *Lumber Company* adquiriu 180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguaçu, próximos a Canoinhas, estabelecendo diversos contratos com fazendeiros da região, pelos quais os proprietários de terras cederiam à *Lumber Company* os pinheiros e as madeiras de lei existentes em suas propriedades (FRAGA, 2015).

Segundo Fraga (2015) extasiado diante de tanta madeira na região, a *Brazil Railway* esqueceu-se de colonizar as terras recebidas em contrapartida pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, optando por expulsar todos os posseiros que há décadas viviam na região que lhes servia de moradia e de onde retiravam seus meios de subsistência. Para desalojar os posseiros da região, a *Lumber Company* organizou uma força paramilitar mais ágil que a própria justiça brasileira.

Ainda segundo Fraga (2015), fortemente armados, essa milícia paramilitar vasculhou os pinheirais da empresa à procura de caboclos posseiros para expulsar e matar. De ambos os lados morreram pessoas, outras sobreviveram, mas esse cenário era apenas o começo que ainda estava por acontecer. “A posse da terra perdida e o pinheiro roubado desesperavam milhares de caboclos que não tinham para onde se dirigir, pessoas sem um lugar para morar e algo para se sustentar”. Eis os elementos para um incêndio que duraria quatro anos (1912-1916).

É nesse contexto de exploração, expropriação e ofensiva capitalista que a população do planalto pega em armas e dá o grito de guerra, culminando no episódio que entrou para os anais da historiografia brasileira como Guerra do Contestado. A população cabocla revoltosa, que teve “a ousadia respondida à bala”, segundo Fraga (2015), lutou pela sobrevivência até sucumbir diante do mais forte: o exército da nascente república.

FÉ CABOCLA E RESISTÊNCIA À EXPROPRIAÇÃO

Segundo Fraga (2015), nesse contexto de exploração e expropriação do povo caboclo, diversos movimentos messiânicos eclodiram, em maior ou menor extensão, envolvendo pessoas marginalizadas, insatisfeitas e ignorantes, que se apóiam em figuras carismáticas, como os monges conhecidos por João Maria e José Maria.

Para Thomé⁴, o movimento messiânico caracteriza-se como uma proposta básica de crença popular na volta do messias. Nesse sentido, o Contestado foi um movimento messiânico, em razão dos monges que incutiram no espírito da população cabocla a ideia de profetas, curandeiros, santos, conselheiros, que irradiavam amor, devoção, simplicidade e caridade.

⁴ *Apud* Fraga (2015).

Há relatos de que peregrinava na região Sul do país um homem de cabelos e barba longos, de modos simples, comportamento justo e tido por muitos como um “santo”, chamado José Maria de Agostini. Segundo a tradição esse homem “santo”, solteiro, eremita, de estatura baixa e cor clara, por onde andava afixava cruzeiros, e numa determinada região chegou a afixar 14 cruzeiros como uma via sacra. Segundo Fraga (2015), em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, João Maria também fixou cruzeiros em mesmo número pretendendo estimular a adoração ao símbolo da fé cristã.

João Maria quando participava das missas reservava um tempo, depois das rezas, para dirigir a palavra aos que ali estavam, sem, contudo, impor inovação ou o que pregava. Não se sabe ao certo por onde passou e quanto tempo permaneceu em cada lugar. Onde e quando morreu também não se sabe ao certo. “Sabe-se apenas que passou sem ter feito nenhuma coisa de mal; ao contrário, pregou o bem, dividiu tudo que tinha e ganhava” (FRAGA, 2015, 132)

Por volta de 1911, na serra catarinense apareceu um “curandeiro de ervas”, no mesmo local onde se dizia ter reaparecido o monge João Maria. Esse terceiro monge apresentava-se como José Maria de Santo Agostinho. De cabelos lisos e compridos e barba espessa, costumava andar descalços. “Quando lhe perguntavam se era parente do monge João Maria, ele não dizia sim nem não, deixando no ar a ligação com a figura tão lembrada naquelas paragens” (FRAGA, 2015, p, 135).

Muitas vezes era identificado como irmão do antigo monge, tornando-o ainda mais procurado e querido. Seus hábitos e costumes fez dele um homem considerado “santo”, que vivia apenas para curar e ajudar os mais necessitados. Segundo Fraga (2015), duas notícias fizeram com que sua fama se espalhasse. Teria ressuscitado uma jovem e curado a esposa de um coronel que sofria de mal incurável (FRAGA, 2015).

Em meio à Guerra do Contestado, a disparidade de armas que se dava entre a população cabocla e o exército patrocinado pelos governos do Paraná e Santa Catarina, e mais tarde pelo governo Federal, levou os caboclos a recorrerem a forças sobrenaturais, encontrando amparo na crença de figuras consideradas “santos” que há muito peregrinavam pela região contestada (AMADOR, 2009).

O messianismo na região das terras contestadas se instala principalmente após a morte do monge José Maria no combate do Irani, o primeiro conflito do Contestado. Em outubro de 1912, depois de expulsos de suas terras na região de Curitiba, um grupo de caboclos aliados de suas terras depara-se com uma República que entendia a ocupação cabocla como invasão a um território ainda não definitivamente demarcado.

A disputa de território entre Paraná e Santa Catarina tem início em 1853 com o desmembramento do Paraná da província de São Paulo. Naquela ocasião o Paraná entendia como de propriedade do novo estado todo o território ao sul antes pertencente a São Paulo, indo de encontro ao entendimento de Santa Catarina. Assim, o conflito que se instala na região contestada só é solucionado com um acordo de limites assinado em 1916, ano que finda a guerra.

Dois fatores são marcantes na batalha do Irani: a morte do coronel João Gualberto, chefe do regimento paranaense; e a morte do monge José Maria, líder dos caboclos. A morte do coronel, num contexto de política coronelista, aguça as forças militares contra a população cabocla, enquanto a morte do monge, num ambiente messiânico, desperta nos sertanejos uma “força sobrenatural” a partir da crença de ressurreição do monge, elevado à condição de messias (AMADOR, 2009).

O messianismo presente no Contestado é explicável quando se leva em consideração uma população excluída e explorada pelo mando e desmando dos coronéis, esquecida pelas autoridades públicas e pela Igreja Católica e submetida à lógica capitalista. Desprovidos de mínimas condições militares, materiais e culturais para vencer os inimigos, “recorrem ao sobrenatural, ao poder de uma força divina que no mínimo os colocasse em condições de igualdade numa guerra que se configura como inevitável” (AMADOR, 2009, p. 503).

Nesse contexto, as imagens religiosas deram forma à guerra, cujo símbolo máximo da salvação foi o monge José Maria, que já havia sido eleito sucessor de João Maria, figura humana e “santa” que a população cabocla venera como um Deus e que agora chegava ao extremo de morrer ‘por eles’.⁵

Para Amador (2009) o comportamento do monge José Maria, por mais complexa e enigmática que sejam as razões que o motivou, dificilmente teria levado a outro caminho que não a crença de se estar na presença de um novo Cristo. Complementa o autor que o misto de exaltação e revolta eliminou qualquer possibilidade de entendimento racional acerca dos acontecimentos. Soma-se a isso a falta de escolaridade da população sertaneja que vivia isolada de tudo e de todos, numa época e numa região em que os valores mágicos e religiosos se sobrepunham aos conhecimentos científicos.

Foi assim que o messianismo tornou-se um componente importante na Guerra do Contestado, como forma de resistência à imposição de novos hábitos e valores. Nessa conjuntura, compreende-se porque o sertanejo local armou-se com pau e facão e enfrentou um exercito bem aparelhado para a época.

É certo que não haveria a mínima possibilidade de vitória, dada a disparidade de armas, “mas o caboclo estava armado na crença da imortalidade da alma, ou seja, acreditava que a morte seria apenas uma passagem para outra vida, mas para conquistá-la era necessário que se lutasse em nome do messias salvador”, que na região contestada era representado pelo monge (AMADOR, 2009, p. 504).

Ademais, a desestabilização do modo de vida da população cabocla na região contestada através da expropriação das terras de posse e uso comum, junto à opção pelo trabalho do imigrante europeu e a apropriação mercadológica da floresta, são fatores que levaram à gradativa desarticulação das práticas cotidianas dos sertanejos, firmada pelo sentimento de pertencimento ao lugar, expressa em sua sociabilidade e uso da terra como recurso (BRANDT; CAMPOS, 2014, p. 205).

Assim, o aumento da subordinação da população, assim como a apropriação das terras pelos grupos econômicos que se instalaram na região, em especial as empresas colonizadoras e madeireiras, é visto e sentido pela população cabocla como um momento de ruptura que desestruturou seu modo de vida e diversos níveis ou formas de organização, como o uso e acesso a terra e costumes que dominavam o coletivo (BRANDT; CAMPOS, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra do Contestado foi um conflito eclodido pela disputa pela região conhecida como “Contestado”, situada entre os estados do Paraná e Santa Catarina. O conflito se deu entre a população cabocla que habitava a região e o poder do Estado, que aliado aos coronéis e ao

⁵ Queiroz *apud* Amador (2009).

grande capital, empreendeu toda sorte de expropriação e matança em nome da defesa da “ordem pública” e dos interesses da “República”.

O Conflito que se instala no contestado é fruto da exploração coronelista, do esquecimento da população cabocla pelas autoridades públicas e imposição da lógica capitalista como novo modo de *ser*. No território contestado é possível encontrar cemitérios caboclos, crematórios, redutos, trincheiras, como resquícios da resistência da população sertaneja à exploração e expropriação coronelista e capitalista.

Com o avanço das relações capitalistas a população do contestado se vê diante de uma nova lógica do trabalho, onde o arranjo social começa a ser redesenhado, adquirindo novos contornos e impondo novos hábitos e valores, por meio de mediações alienantes do capital em detrimento do modo de vida até então vivido pela população local.

A população cabocla retirava da terra seus meios de subsistência, vivendo num quase isolamento, só rompido quando os produtos produzidos no campo eram levados para a cidade, vilas e localidades do entorno. Nesse mundo isolado, de hábitos, costumes e valores próprios, a população cabocla vivia em certa paz, até que em fins do século XIX e início do XX a lógica capitalista avança em direção das terras caboclas.

Sob o pretexto da “modernidade”, da “ordem” e do “progresso”, florestas são derrubadas, estradas de ferro são abertas, fábricas para exploração da madeira são construídas, transformando a terra cabocla em valor de troca: em mercadoria.

Nesse espaço de vivência isolado dos grandes empreendimentos capitalistas, sem muita notícia do mundo “lá fora”, rapidamente a população cabocla se vê noutro mundo, caracterizado pelo mundo da notícia e dos investimentos, que romperá com a secular vida pacata. “Eis que da *paz* do império que não os via e não os incomodava, nasce uma república que por cima deles passará” (FRAGA, 2015, p. 152).

Mas essa “república” não passou por cima da população cabocla sem antes experimentar uma brava resistência em nome da defesa de suas terras e oposição à expropriação, ao coronelismo e à ofensiva capitalista.

REFERÊNCIAS

AMADOR, Milton Cleber Pereira. Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM**, v. 22, n. 31, pp. 499-508, 2009.

BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. Costumes e usos da terra pela população cabocla do planalto de Santa Catarina. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 193-208, mai./ago. 2014

_____. Uso comum da terra e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 43-64, jan./jun. 2008.

FONSECA, Silas Rafael da; GEMELLI, Diana Daniela. O Contestado: as marcas da guerra e do processo de violência. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 22-35, jul./dez. 2017.

FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e permanência na rede viária do Contestado**: uma abordagem acerca da formação territorial do Sul do Brasil. (Tese de Doutorado em Meio

Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

_____. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido “entre a Cruz de Santa Catarina e a espada o Paraná”. 2. ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2015.

GEMELLI, Diane Daniela. O Trabalho no Contestado: da racionalidade cabocla à lógica capitalista da *Lumber*. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 78-91, 2017.

TEIDER, Tânia Mara Muller; FRAGA, Nilson Cesar. O Contestado Vive!: entre o espaço sagrado de João Maria e o assentamento contestado, resistências sobre a invisibilidade secular na Lapa-PR, **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 184-198, 2017.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O pessoal da Lumber!** Um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e a situação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 – 1929. (Dissertação de Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TRENTO, Aline Eloíse; LUDKA, Vanessa Maria; FRAGA, Nilson Cesar. Guerreiras Imortais do Contestado, As Que Tudo Viam e Faziam Durante a Guerra de Extermínio. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, número especial, p. 272-292, jul./dez. 2014.